

Do Desejo do (Re)Conhecimento de Diferenças À Gestão de Resultados: Análise de Proposta de Política Substantiva de Extensão Universitária

Área Temática de Gestão da Extensão

Resumo

O trabalho discute a proposta de gestão da extensão universitária em construção pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Para tanto, são discutidos dados coletados para avaliação das práticas de extensão vigentes na universidade, bem como são discutidos novos princípios de orientação da política de extensão institucional. Os dados foram coletados através de entrevistas desestruturadas e análise documental, sendo que o estudo assume tons de pesquisa-ação, dado o envolvimento dos autores com as atividades de extensão da universidade. As conclusões apontam para um modelo de gestão da política de extensão universitária que tente superar os grandes desafios colocados ao ensino superior no mundo contemporâneo.

Autores

Maria da Consolação Gomes de Castro, MSc. Serviço Social
Armindo dos Santos de Sousa Teodósio, MSc. Ciências Sociais

Instituição

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas

Palavras-chave: gestão universitária; projetos sócio-comunitários; gestão social.

Introdução e objetivo

As primeiras experiências de extensão universitária no Brasil datam de 1911 e 1917, na Universidade Livre de São Paulo. A literatura especializada aponta como evidência das atividades de extensão o documento “Estatuto da Universidade Brasileira” (Decreto no 19.851, de 11 de abril de 1931), que delineou como atividade de extensão não só a realização de cursos e conferências objetivando a difusão de conhecimentos “úteis à vida individual e coletiva”, mas também a “apresentação de soluções para os compromissos sociais e a propagação de idéias e princípios de interesse nacional”.

Nos anos 40 e 50 prevaleceu a concepção político-acadêmica de extensão esboçada pela USP na década de 30, concebendo-se a extensão como instrumento disseminador de conhecimento para a comunidade, como meio de popularização das ciências, das artes e das letras através de cursos, de palestras, de radiodifusão e de filmes científicos dirigidos aos diversos segmentos da sociedade.

Nos anos 60, as Universidades e as Instituições de Ensino Superior (IES) comunitárias abriram-se às experiências de educação de base, influenciadas pela atuação de docentes e discentes junto aos movimentos populares. O envolvimento e o compromisso de segmentos das Igrejas com a população excluída marcaram as ações de extensão e constituíram referência para as IES nesse contexto.

Nessa década, marcada pela mobilização popular e pelas reformas sociais no Brasil e na América Latina, ocorreram movimentos políticos de contestação ao modelo de desenvolvimento adotado desde os anos 50 – modelo de substituição de importações – chegando tais movimentos a formas mais acirradas de luta no campo e na cidade. Os segmentos universitários participaram desse movimento, incorporando novas teorias e

métodos no desenvolvimento de suas atividades-fins. A extensão, dado seu caráter de proximidade com os diversos setores da sociedade, respirou naquele momento o ar de mudança que daí emanava. Sua prática transitou do enfoque de difusão do conhecimento para o de inserção na realidade socioeconômica, política e cultural do País, absorvendo as contradições advindas da sociedade e oferecendo, por meio de suas ações, respostas que contribuíssem para a transformação social.

Na efervescência desses anos, a extensão universitária se fortalece e ganha visibilidade. Natural, portanto, que suas ações provocassem polêmicas e debates entre a intelectualidade da época. Paulo Freire, ao examinar o conceito de extensão, o contrapôs ao de comunicação, denunciando certa presunção da universidade em “estender” seu conhecimento à sociedade, desconhecendo os saberes produzidos por ela mesma. Esse debate trouxe conseqüências, se não para aquele momento imediato, para um futuro próximo da universidade, ao repensar o conceito de extensão e os métodos que envolvem suas ações.

Assim, as Instituições de Ensino Superior se repensaram, conferindo novos sentidos às práticas de ensino, pesquisa e extensão, entendidas não apenas como repasse de conteúdos, mas como fruto do diálogo entre os diversos saberes oriundos tanto da sociedade como da universidade.

A Reforma Universitária de 1968, orientada pelos princípios da Lei de Segurança Nacional, rompeu com o caráter dialógico, ainda embrionário, da extensão e da própria universidade, restringindo suas ações e impedindo-a do exercício da autonomia, princípio fundante dessa instituição. Darcy Ribeiro, nessa época, já alertava a universidade para a perda progressiva de sua liberdade e de sua capacidade crítica.

A universidade, contudo, enquanto espaço de expressão de conflitos, absorveu e, simultaneamente, repeliu as políticas impostas pelo regime militar. Se, por um lado, executou políticas oficiais, como as de extensão expressas no Projeto Rondon e no Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), por outro imprimiu a esses projetos um caráter crítico e participativo, resgatando direitos de cidadania que haviam sido excluídos pela ditadura.

A década de 80 foi marcada pelo ressurgimento de movimentos sociais de feição democrática. As aspirações emanadas destes movimentos foram expressas no texto constitucional de 1988. A universidade compartilhou com a sociedade esse projeto democrático, utilizando a extensão para a realização de práticas que assegurassem os direitos humanos. A idéia de “extensão redentora” representou, para alguns autores, a marca desse tempo. A pesquisa alienada e o ensino alienante, portanto, agarraram-se à extensão como atividade salvadora. Assim, tais atividades proliferaram nas universidades, nas mais diferentes modalidades: de eventos culturais e cursos de aperfeiçoamento a projetos de ação comunitária. O cunho emancipador e o assistencialista conviveram simultaneamente nessas propostas (BOTOMÉ, 1996).

Institucionalmente, na passagem dos anos 80 para os 90, a constituição do Fórum de Pró-Reitores das IES públicas foi decisiva para repensar o papel e a função das universidades no novo cenário internacional marcado pelo fenômeno da globalização. Essa discussão pôs em tela o tema da identidade da instituição universitária.

A extensão universitária, no Brasil, inicia os anos de 1990 perpassada por contradições herdadas de sua história recente e também norteadas pelo debate relativo à sua identidade. A expansão do ensino superior privado no País trouxe a novidade da utilização dos projetos de extensão como logomarca da cultura de marketing das sociedades de mercado altamente competitivas. Somada a isso, a reforma do Estado brasileiro colocou em relevo o fato de que nem tudo que é público é estatal, redefinindo, assim, o caráter das instituições de ensino e, nelas, as ações extensionistas. Muitas vezes, confundiu-se – e ainda se confunde – o papel da extensão com o do poder público ou das ONGs. (RENEX, 2000a). Essa configuração trouxe

novos desafios e alguns equívocos, exigindo que a universidade repensasse sua função social colocando em pauta a natureza de suas atividades-fim. Nesse contexto, não se pode desprezar as experiências do Programa Comunidade Solidária, através do Projeto Universidade Solidária, que contribuíram, ainda que timidamente, para conferir à extensão um status de atividade-fim. (SEVEGNANI et al, 2003).

Hoje, a partir do marco legal estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e pelo Plano Nacional de Extensão, indaga-se: o que define a extensão, o ensino e a pesquisa? Essas atividades são indissociáveis? Sendo sim, como se dá essa indissociabilidade? Se não, como realizá-la? Ou mesmo: é possível realizá-la?

Na expectativa de responder a essas questões, muitas universidades têm criado, de forma pioneira, mecanismos institucionais para integrar em seus projetos político-pedagógicos as atividades de extensão no mesmo patamar do ensino e da pesquisa. (RENEX, 200b)

Contemplar essa integração constitui uma exigência de nosso tempo e um dos desafios a serem enfrentados pela universidade. Torna-se imperativo o debate da extensão universitária nos marcos da produção do conhecimento, ou seja, a consideração do que lhe é próprio como teoria e método. Espera-se que essa postura represente um passo no caminhar da história da universidade brasileira.

Apresentação da instituição PUC Minas

A PUC Minas define-se como instituição particular, comunitária e confessional, de acordo com o previsto na Constituição Federal de 1988. Por não possuir finalidade lucrativa e aplicar seus excedentes financeiros em educação, seu caráter é público não estatal.

A Universidade oferece 48 cursos de graduação, 83 cursos de especialização lato sensu, 14 cursos stricto sensu, sendo 10 de mestrado e 4 doutorado. Nesse universo convivem cerca de 44.245 estudantes, 2.169 professores e 1.281 funcionários, distribuídos pelas várias unidades em Belo Horizonte e região metropolitana e pelos campi do interior de Minas (dados do 1º/2004).

Desde os primeiros momentos, a Universidade priorizou a formação profissional orientada pela ética cristã e por padrões de qualidade destinados a atender, com competência e dignidade, as pessoas excluídas dos benefícios da sociedade e a contribuir para uma formação humanista calcada na realidade. (PUC Minas, 2001)

A PUC Minas vem acumulando rica experiência acadêmica, científica e cultural. Seu compromisso é o de formar profissionais com um sólido conhecimento técnico, visão abrangente e empreendedora, condizentes com os períodos históricos de mudanças. Tem investido em uma firme política de associação com instituições de ensino e pesquisa, nacionais e internacionais, e com o poder público. Mantém convênios em parceria com empresas e outras instituições privadas, que contribuem para a ampliação do espaço de atuação da Universidade e para a melhoria da qualidade do ensino.

Nas duas últimas décadas, a PUC Minas institucionalizou a área de extensão, concebendo-a como um processo científico, cultural e educativo, capaz de viabilizar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade, articulando ações de extensão com o ensino e a pesquisa. (PUC Minas, 2002)

Conceito de extensão universitária

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas definiu a extensão como “um processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabiliza a relação transformadora entre a universidade e os segmentos da sociedade, trazendo para a universidade a pergunta sobre a relevância da produção e socialização do conhecimento”. (FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2001, p. 56)

De acordo com o Fórum, a extensão é uma das atividades-fim da universidade e tem por objetivo disseminar o conhecimento desenvolvido por ela, além de captar e sistematizar conhecimentos produzidos pela sociedade e nela intervir. Nesse processo interativo, a extensão busca não só atender às necessidades locais e regionais das comunidades, mas também propiciar ao ensino e à pesquisa subsídios para a produção do conhecimento, considerando os desafios e problemas da realidade. Assim, o desejável é que o ensino e a pesquisa estejam em consonância com as demandas e necessidades da sociedade, vinculando a prestação de serviços a uma filosofia de construção de sujeitos autônomos. Uma das formas de operacionalizar essa filosofia é propiciar ao acadêmico a possibilidade de vivenciar a relação ensino/aprendizagem a partir da interlocução com os problemas da sociedade. A matéria-prima oriunda de tal relação precisa ser equacionada dentro e para além da sala de aula, considerando-se o saber em sua construção inter, multi e transdisciplinar. (FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2002)

Em conformidade com as orientações fornecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, a extensão deve pautar-se em valores educativos, primando por sua integração com o ensino e a pesquisa, reforçando a necessidade da transferência do conhecimento produzido nas universidades e avaliando os impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional. As políticas de extensão devem cumprir os preceitos estabelecidos pela missão da universidade, considerando a importância social de suas ações para o desenvolvimento da ordem democrática e a promoção da cidadania. Ainda conforme o documento acima citado, é preciso que as ações extensionistas mantenham uma articulação entre os setores público, produtivo e o mercado de trabalho, contribuindo para que os alunos desenvolvam, no processo ensino/aprendizagem, o espírito crítico próprio de uma formação cidadã. A extensão deve submeter-se de forma contínua a um processo avaliativo que lhe permita verificar a efetividade de suas ações.

As IES comunitárias, por intermédio de seu Fórum integrado pela PUC Minas, confirmam essas diretrizes e consideram que, para formular um conceito de extensão, é preciso orientar-se por uma filosofia educacional intrinsecamente definida em sua missão e contemplada nos projetos político-pedagógicos dos cursos.

A PUC Minas, como uma universidade confessional, filantrópica e comunitária, vem envidando esforços para traçar estratégias políticas com o intuito de cumprir os preceitos estabelecidos em sua missão. A história da instituição tem demonstrado sua sensibilidade em aceitar os desafios da interação ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva de construir um projeto societário que busque, de forma efetiva, concretizar uma pauta de inclusão.

Princípios da extensão universitária

A PUC Minas fundamenta suas ações acadêmicas na visão humanista do homem como um fim em si mesmo. Esse fundamento se traduz em princípios que norteiam suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Entende-se que os saberes internamente produzidos devem pôr-se a serviço da dignidade da pessoa humana.

A extensão universitária consubstancia esses fundamentos nos seguintes princípios: igualdade – de valor dos seres humanos e garantia de igualdade de direitos entre eles; liberdade – de criação, de expressão do pensamento e de produção de conhecimento; autonomia – capacidade de formular leis, em contexto de liberdade, e se reger por elas; pluralidade – expressão da igualdade e diferença entre os homens, iguais porque humanos e diferentes porque singulares; solidariedade – adesão à causa do outro, fundada no respeito mútuo e na interlocução entre sujeitos da sociedade; justiça – orientada pela igualdade de direitos e pelo respeito às diferenças. A justiça implica a obrigação de agir quando se tem consciência da injustiça; ética – capacidade de ver em cada ato humano uma dimensão universal, objetivando uma conduta íntegra e um discernimento cuidadoso para com todos os seres. É a noção de responsabilidade de cada indivíduo por todos os outros.

Diretrizes da extensão universitária

As diretrizes da política de extensão da PUC Minas são: entendimento da extensão como prática acadêmica dialógica entre a universidade e a sociedade, que se realiza na relação com o ensino e a pesquisa; criação de instrumentos, estrutura e mecanismos que expressem a política e a gestão da extensão no âmbito da PUC Minas; definição de propostas em consonância com a realidade regional, referenciando-se primordialmente nos compromissos de erradicação da pobreza, inclusão das minorias e sustentabilidade socioambiental; criação e fortalecimento das atividades de extensão nos projetos pedagógicos dos cursos; Promoção de cursos de extensão e prestação de serviços à comunidade; apoio e incremento à participação dos docentes e discentes nas atividades de extensão, através de programas com previsão de recursos para custeio de horas-aula e bolsas e/ou outras modalidades de incentivo; criação de metodologias que garantam a integração do ensino, da pesquisa e da extensão, efetivada em torno de programas e projetos construídos com base em critérios científicos, tecnológicos e em experiências comunitárias.

Objetivos da extensão universitária

Estabelecer uma política de extensão que observe sua centralidade para a produção do conhecimento e a formação cidadã da comunidade acadêmica; desenvolver programas e projetos de extensão que promovam a integração das diversas áreas do conhecimento na investigação da realidade e na busca de soluções aos problemas coletivos, em especial os locais e regionais; estimular a participação da comunidade universitária na produção e socialização do conhecimento, estabelecendo o diálogo entre a criação cultural e a pesquisa científica e tecnológica, bem como entre a instituição e a comunidade; possibilitar a formação docente e discente de acordo com as diretrizes da política institucional para a extensão; estabelecer critérios para julgamento do mérito e relevância dos projetos de extensão contemplados nos projetos pedagógicos dos cursos e outros desenvolvidos pela Pró-reitoria de Extensão; promover, através de práticas de intervenção social, o desenvolvimento sustentado das comunidades-foco de atuação da universidade, pautando-se nos princípios humanistas que a regem; estabelecer intercâmbio com órgãos públicos e privados e agências não governamentais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, buscando desenvolver ações de solidariedade nacional e internacional.

Conclusões

O Centro de Extensão da PUC, criado em 1972, voltou-se inicialmente para a realização de cursos e a promoção de eventos culturais. Aos poucos, ampliou sua atuação com trabalhos assistenciais, desenvolvidos junto às populações em situação de vulnerabilidade social, por intermédio das clínicas de odontologia e de psicologia, bem como dos serviços de assistência jurídica, que hoje integram os projetos pedagógicos dos respectivos cursos. Os projetos de intervenção social, iniciados na década de 70 com os campi avançados de Araçuaí e de Pirapora, desdobraram-se em outros modelos de intervenção social na região metropolitana da capital, em vários municípios mineiros e no nordeste do País.

Hodiernamente a extensão universitária passa por um momento de questionamento e de redefinição. Questionam-se o lugar da extensão na universidade e o tratamento secundário que lhe tem sido dado nacionalmente. Interroga-se, ainda, sobre como efetivar a indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa. Um esforço nacional vem se fazendo para que a extensão seja reconhecida como uma atividade-fim da universidade, buscando superar seu entendimento como atividade-meio, desintegrada dos projetos pedagógicos dos cursos, por não se ver contemplada nos currículos, nas disciplinas, na pesquisa e no estágio. A institucionalização da extensão na estrutura dos cursos apresenta-se, portanto, como desafio a ser assumido pela comunidade universitária, promovendo o diálogo entre as disciplinas e entre a cultura científica e a cultura humanística.

A extensão universitária da PUC Minas organiza-se em seis linhas de atuação: Programa de Promoção da Saúde, Programa Sociocomunitário, Programa Socioeducativo, Programa Sociocultural, Programa Socioambiental e Programa Sociotecnológico. Por meio dessas linhas de atuação, pretende-se promover o diálogo entre universalidade e singularidade, preferencialmente de forma multi, inter e transdisciplinar, o que supõe intensa cooperação entre docentes e discentes de diferentes cursos, favorecendo o intercâmbio, a reelaboração e a produção de conhecimento sobre a realidade e suas alternativas de transformação e o aprendizado da cidadania, base para a formação e auto-educação do ser humano.

Nesse sentido, definem-se as linhas de atuação com as seguintes características:

Programa de Promoção da Saúde: programas, projetos e ações cujos objetivos voltam-se para o desenvolvimento do senso de responsabilidade das pessoas, em relação a sua saúde e da comunidade na qual estão inserida, estimulando, ainda, a participação comunitária de uma maneira construtiva e autônoma, visando a uma melhor qualidade de vida.

Programa Sociocomunitário: programas, projetos e ações cujos objetivos voltam-se para o desenvolvimento e o fortalecimento de ações de intervenção social e para formulação, execução e avaliação de políticas públicas sociais, que pretendem: a) fomentar e apoiar a mobilização e a organização social e comunitária, além de b) desenvolver práticas socioeducativas e outros trabalhos de promoção humana prioritariamente voltados para coletividades que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Programa Sociocultural: programas, projetos e ações cujos objetivos voltam-se para a promoção e/ou difusão das diferentes produções culturais, bem como o resgate e a preservação de valores culturais e tradições. As atividades culturais têm relevo na Universidade por meio da promoção de reflexões filosóficas, de espetáculos de música popular e erudita, cinema, exposições de artes plásticas e de artesanato.

Programa Socioeducativo: programas, projetos e ações cujos objetivos voltam-se para o desenvolvimento de iniciativas de natureza educacional, com vistas à potencialização dos indivíduos, por meio de práticas político-pedagógicas específicas.

Programa Socioambiental: programas, projetos e ações cujos objetivos voltam-se para o desenvolvimento da qualidade de vida das populações, compreendendo a sua responsabilidade na conservação da biodiversidade como patrimônio da humanidade e a importância da ação interdisciplinar ambiental.

Programa Sociotecnológico: programas, projetos e ações cujos objetivos voltam-se para a transferência de tecnologias geradas pela universidade, incentivando contínuas interações sinérgicas, indicando e implantando a solução mais adequada para cada situação.

A extensão universitária da PUC Minas, a partir destas linhas de atuação, presta serviços especializados por meio de um conjunto de atividades acadêmicas, transferindo conhecimentos produzidos ou experiência adquirida/acumulada, em atendimento a uma demanda social ou contratada por terceiros. Estas ações promovem a produção e a socialização do conhecimento científico, tecnológico e humanista, reforçando o compromisso social da Universidade. Essa atividade pode realizar-se na forma de: assessoria, que envolve a formulação, acompanhamento e avaliação de projetos e/ou ações; consultoria, que envolve a participação na criação, elaboração e desenvolvimento de projetos e serviços; e apoio e/ou realização técnica, que envolve a participação na execução de atividades/serviços contratados.

As atividades de prestação de serviços especializados são consideradas como atividades de extensão, contratadas ou institucionalizadas, visando à organização, planejamento, execução, desenvolvimento técnico ou tecnológico, transferência de tecnologia, ensaio, aferição e avaliação, em atendimento a entidades públicas ou privadas para esclarecimento, aconselhamento, desenvolvimento de projetos, cursos, etc., realizados por docentes, técnicos e alunos, através dos cursos, órgãos e programas da PUC Minas. Essas

atividades devem ser formalizadas em convênios ou contratos de cooperação e podem se desenvolver em qualquer linha de atuação da extensão.

Referências bibliográficas

BOTOMÉ, Sílvio Paulo. Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária. Petrópolis: Vozes; São Carlos: EDUFScar, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação - LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. Senado Federal. Decreto nº 19.851, de 11/04/1931. Disponível em www.senado.gov.br. Acesso em 13/05/2004.

FÓRUM Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias. ANAIS do VIII Encontro Nacional de Extensão e Ação Comunitária: “A gestão da extensão e da ação comunitária”, Recife, 2001.

_____. ANAIS do IX Encontro Nacional de Extensão e Ação Comunitária: A Gestão e a Avaliação da Extensão: um desafio para a comunidade acadêmica, Florianópolis, 2002.

PUC Minas. Documento “Identidade e Missão na Universidade Católica”, Belo Horizonte, 2001.

PUC Minas. A graduação da PUC Minas: reflexões para o estabelecimento de nova política acadêmico-administrativa/PROGRAD, Belo Horizonte, abril de 2002.

RENEX. Avaliação da extensão universitária – pressupostos, indicadores e aspectos metodológicos. 2000a.

_____. Plano Nacional de Extensão Universitária, 2000b.

SEVEGNANI et al. Extensão em rede. Revista de Extensão do Sistema ACADE. Ano I, n. 1, 2003.